

## **Indicadores de Percepção da Corrupção: Variações sob o Efeito dos Meios de Comunicação e Comportamento Político<sup>1</sup>**

### *Indicators of Corruption Perception: Variations under the effect of the Media and Political Behavior*

Submissão: 6/ago./2014 - Aprovação: 26/ago./2014

#### **Pedro Soares Fraiha**

Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas – FACE-UFMG. Possui experiência de iniciação científica em Economia Política. Pesquisador do Departamento de Ciência Política da UFMG. Vinculado ao Grupo de Pesquisa, Opinião Pública e Comportamento Eleitoral da Universidade Federal de Minas Gerais. Projeto de dissertação sobre o fenômeno da corrupção e seus efeitos políticos e econômicos.

**E-mail:** pedrofraiha@yahoo.com.br

**Endereço profissional:** Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH - Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 6627 – Pampulha - 31270-901, Belo Horizonte/MG – Brasil.

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi vencedor do III Prêmio Internacional Marcus Figueiredo, apresentado no VI Congresso Latino Americano da Associação Mundial para Investigação em Opinião Pública - World Association for Public Opinion Research (WAPOR), realizado em Santiago/Chile, em junho de 2014 e patrocinado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP).

## RESUMO

Os estudos mais sistemáticos sobre a corrupção surgiram na década de 1950 nos Estados Unidos, mas a utilização dos índices de percepção é algo recente e sua aplicação aconteceu de forma gradual. A construção e operacionalização dos indicadores merecem atualização e aperfeiçoamento. Para tanto, a pergunta central do artigo, questiona a variação da percepção da corrupção diante da mudança de padrões de exposição aos meios de comunicação, comportamento político e variáveis sociodemográficas. A abordagem metodológica é suportada por dados de uma pesquisa com 803 entrevistados, realizada na cidade de Belo Horizonte/MG, Brasil. Os resultados sugerem que a corrupção tem mais chances de ser percebida entre grupos de pessoas com escolaridade mais alta, funcionários públicos, indivíduos que declararam ter maior interesse por política, pouca confiança nas instituições e, ao mesmo tempo, depositam alta credibilidade nos meios de comunicação.

## PALAVRAS-CHAVE:

Corrupção, indicadores de percepção, mídia, comportamento político.

## ABSTRACT

*The most systematic studies on corruption have emerged in the 50s in the United States, but the use of indices of perception is something recent, and its application occurred gradually. The construction and operation of the indicators worth updating and improvement. The central query to this work questions the variation of the perception of corruption in the face of changing patterns of exposure to the media, political behavior and sociodemographic variables. The methodological approach is supported by data from a survey of 803 respondents conducted in the city of Belo Horizonte, Brazil. The results suggest that corruption is more likely to be perceived between groups of people with higher education, public officials, individuals who reported greater interest in politics, having little confidence in institutions and at the same time deposited high credibility to the media.*

## KEYWORDS

*Corruption, perception indicators, media, political behavior.*

## 1 INTRODUÇÃO

Do âmbito acadêmico a relatórios de avaliação de risco de investimento, índices assentados em resultados de pesquisas propõem mensurar o nível presente de práticas corruptas em um conjunto de nações. A necessidade de se descrever e estabelecer relações causais sobre o fenômeno tem motivado profissionais ao exercício de atribuir operacionalidade à análise das práticas corruptas quanto a sua relação com fatores de desempenho econômico e institucional, características culturais e aspectos socialmente difundidos.

Dado a extensão do tema da corrupção, não se está diante de uma teoria sobre o fenômeno, antes são apresentadas abordagens, as quais implicam em distintos conteúdos de juízo moral, substâncias, consequências e normatizações contra a corrupção. Portanto, o estudo do tema carece de um exercício de avaliação das perspectivas teóricas como também do instrumental analítico. Ao expor as nuances e as especificidades que circundam o fenômeno da corrupção são possíveis garantir mais chances de atingir boas descrições e inferências válidas sobre causas e efeitos das práticas corruptas.

Recentemente, a partir da década de 1990, observou-se relativo aumento na divulgação de trabalhos empíricos e acadêmicos que exploram relações de causa entre nível de corrupção e fatores econômicos, políticos ou sociais (LAMBSDORFF, 2006). É evidente que a operacionalização desses fatores, especialmente aqueles que se apropriam de uma abordagem quantitativa, implicou na conveniência de mensurar o nível de corrupção em determinados contextos, em geral, países. Desde então, indicadores de corrupção têm sido largamente utilizados e os resultados de pesquisas de opinião são elementares à construção e operacionalização dos mesmos.

Este artigo pretende identificar se a medida de percepção, auferida em pesquisas, está sujeita à influência de fatores da cultura política, perfis socioeconômicos e exposição ao conteúdo midiático. De modo análogo, espera-se clarificar possíveis lacunas e extensões imprecisas dos indicadores de percepção de corrupção. Em outras palavras, pergunta-se: as medidas de corrupção construídas através de pesquisas podem apresentar problemas de confiabilidade e validação?

Por considerar que a quantificação de um fenômeno merece avaliações e atualização das evidências que concedem validade à mensuração, pretende-se provar, por meio de informações coletadas em uma pesquisa realizada em Belo Horizonte, que a percepção, enquanto fator elementar constitutivo dos principais indicadores de práticas corruptas é vulnerável à influência de elementos que não necessariamente guardam relação de causalidade com a recorrência das práticas corruptas.

A primeira parte do artigo propõe justificar possíveis incertezas quanto à qualidade de indicadores, em vista da dispersão conceitual e problemas metodológicos relacionados à construção dos índices. A segunda levanta evidências de que características individuais como educação, idade, ocupação, exposição à mídia e variáveis de cultura política podem alterar a forma como o indivíduo percebe a corrupção.

Considera-se que o tema abordado neste trabalho tem profunda relação com a opinião pública, o que cria condições profícuas para pensar a vinculação dos cidadãos entre si e com as instituições políticas. Entre as vantagens de se abordar o fenômeno como fator de interesse público destaca-se a compreensão da inserção dos indivíduos no sistema político e sua associação com as demais instituições.

Por meio de parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPESPE) e o Grupo de Opinião Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi realizada uma pesquisa em setembro de 2012, na cidade de Belo Horizonte/MG. Dos 803 respondentes, 29% declararam não perceber a corrupção presente na capital mineira. Informações sociodemográficas, variáveis que expressem preferências e comportamento político, além de medidas de exposição aos meios de comunicação, serão utilizadas em modelos logísticos para explicarem a chance de um entrevistado perceber a corrupção em Belo Horizonte. O recorte geográfico e temporal da pesquisa concorre para a melhora do debate sobre o tema.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 DISPERSÃO CONCEITUAL, GENERALIZAÇÃO E PROPOSIÇÕES NORMATIVAS

O primeiro obstáculo que se encontra ao estudar a corrupção é defini-la como prática. A dispersão conceitual e teórica sobre um objeto deixa clara a complexidade com que acadêmicos se deparam no momento de tratar efeitos e consequências do fenômeno, relacionados tanto ao sistema político como ao econômico e social. Por conseguinte, definir políticas e medidas de contenção do problema incorre nos mesmos percalços.

Igualmente adversa é a tentativa de compreender a variedade com que o fenômeno se apresenta em contextos e épocas distintas, e como a opinião pública julga e se posiciona diante das práticas corruptas.

O objeto de estudo analisado é, reconhecidamente, um problema multidimensional e relativo, e a dispersão conceitual é seguida, na mesma proporção, pela distinção de proposições normativas. Entretanto, grande parte das pesquisas atuais (LAMBSDORFF, 2006; MAURO, 2002; TREISMAN, 2007; JAIN, 2001; KAUFMANN, 1997; KLITGAARD, 1991) tem canalizado esforços para entender os impactos das práticas corruptas nos indicadores de crescimento econômico, desenvolvimento social e, em menor medida, na confiança institucional, estabilidade e legitimidade política (SELIGSON, 2002; HUSTED, 1999; JOHNSTON, 2001; WARREN, 2004). De maneira geral, esses estudos concentram-se em formular modelos que abordem o problema sob um panorama geral e permitam explicar causas do comportamento desviante dos agentes corruptos, além de estimar possíveis efeitos nas variáveis de desempenho econômico e do sistema político.

A prevalência de pesquisas que utilizam certas abordagens em detrimento de outras não é casual. Os estudos mais sistemáticos sobre a corrupção surgiram na década de 1950 nos Estados Unidos, mas, à medida que o tema se consolidou em agências de pesquisa os esforços em estabelecer relações causais e determinar os efeitos da corrupção sobre uma série de indicadores econômicos e de desempenho político, implicaram na necessidade de elaborar uma maneira de quantificar o fenômeno e estimar regularidades universais. Em suma, desde a década de 1970 os limites das pesquisas eram restritos a ambientes específicos - como o parlamento, e a nível nacional, mais adiante, a difusão de conceitos ocidentais sobre instituições e comportamento político favoreceram estudos comparados entre países. Naquele momento, a simplificação sistemática foi um passo crucial para o conhecimento útil das causas e efeitos da corrupção.

Apropriando-se da explanação de Sartori (1970), o estudo da corrupção seguiu uma tendência ao processo de *conceptual stretching* ou esforço em alongar conceitos e, sem embargos, incorrer no risco de torná-los próximos a disformidade. Existe, portanto, um *trade-off* entre generalização necessária ao estudo comparativo e precisão conotativa. Nesse raciocínio, abordagens da corrupção

com foco no indivíduo podem ignorar aspectos sistêmicos; por outro lado, perspectivas sistêmicas podem ignorar aspectos individuais. Para este trabalho e, por conta da atual configuração dos estudos sobre corrupção, é interessante ressaltar os problemas que a generalização impôs sobre as inferências, especialmente quanto à omissão de aspectos relevantes.

O procedimento em generalizar o conceito e possibilitar sua quantificação acompanhou o desenvolvimento das vertentes teóricas da escolha racional e institucionalista. O alcance de inferência sobre as regularidades universais nos estudos comparados entre países só foi possível mediante a quantificação do nível de corrupção. Não sendo realizável mensurar diretamente o fenômeno, dado sua natureza, obter uma medida factual das práticas corruptas é improvável. Nesse sentido, as medidas indiretas apresentaram-se como alternativas ou aproximações da recorrente corrupção (poder-se-ia citar pelo menos as quatro mais usuais: vitimização da corrupção, percepção da corrupção, tolerância e compilação de dados de agências governamentais de controle da corrupção). Contudo, nem todas captam sempre as mesmas dimensões do conceito e nenhum escapa ao risco de aceitar pseudoequivalências quando aplicadas à análise comparada.

Ao marco metodológico do estudo prevalece o indicador de percepção da corrupção, considerado adequado para romper o paradigma do caráter universal das práticas corruptas. Segundo Speck (2000), um dos resultados mais importantes para o predomínio dos indicadores de percepção foi a “documentação da diferença entre a conceitualização formal - codificada em leis e normas - e o julgamento que a população faz do fenômeno da corrupção”. Assim, a percepção que a população de um país possui sobre a recorrência das práticas corruptas, passou a ser o carro-chefe das análises comparadas. Entretanto, sua utilização é algo recente e sua aplicação se deu de forma gradual em pesquisas *cross-country* e transnacionais comparadas, o que de certa forma tem garantido à área de estudo, resultados mais ou menos estabelecidos sobre causas e efeitos padrões.

O uso da medida de percepção tem como principal referência o Índice de Percepção da Corrupção (IPCorr) da agência não governamental Transparência Internacional (TI). Por iniciativa da TI, sediada em Berlin e, em parceria com a Universidade de Göttingen, o IPCorr foi o indicador de corrupção mais utilizado a nível global. Sendo uma compilação dos indicadores elaborados pelas agências de avaliação de risco, o indicador da TI foi largamente utilizado na mensuração de impactos de práticas corruptas nos indicadores econômicos e políticos.

O IPCorr foi alvo de diversos questionamentos sobre a metodologia empregada na criação e apresentação do índice. Três críticas direcionadas à metodologia de construção do indicador foram apontadas por Abramo (2005): a primeira objeção está associada ao efeito de possíveis inclinações ideológicas, a segunda, quanto à imprecisão do índice ao ranquear os países analisados e, por fim, o indicador não permite compreender o grau de integridade das instituições dos países analisados e tampouco observar possíveis avanços no controle do fenômeno, já que a mobilidade na escala de classificação é impedida pela própria metodologia utilizada na confecção do índice.

Já Galtung e Ruge (2005) reclama sete falhas fundamentais do IPCorr: pune apenas os tomadores do dinheiro corrupto e não os doadores ou cúmplices; a cobertura dos países é irregular e descontrolada; a amostra não é significativa, pois mais de 90% do mundo está ausente; as fontes são imprecisas e, às vezes, ignorantes; a definição de corrupção é estrita e imprecisa; não mede padrões; culpa por associação, ajuda condicional.

## 2.2 VALIDADE E CONFIABILIDADE DA MENSURAÇÃO DE PERCEPÇÃO

Trabalhos pioneiros de Peters e Welch (1978) evidenciaram diferenças claras na forma como determinado ato é julgado pelas pessoas. Em contextos diferentes, no caso do estudo - EUA, Canadá e Austrália - atitudes que poderiam ser enquadradas legalmente como crimes de corrupção, não foram consideradas atos corruptos por grande parte da população. Os referidos autores aplicaram questionários que indagavam aos entrevistados sua avaliação sobre determinada conduta ser uma prática corrupta ou não. Foram encontradas claras diferenças entre aquilo que norte-americanos, canadenses e australianos avaliam como sendo corrupto. As diferenças entre contextos são tão claras quanto a distância que existe entre a norma (lei) e a possível conduta dos entrevistados. Speck (2001) argumenta que a antinomia pode ser um ponto de partida para explicar a probabilidade dos indivíduos em cometerem atos de corrupção “somente se a norma está apoiada no reconhecimento social será ela obedecida. Caso contrário, haverá uma propensão a se infringir a lei”. A metodologia dos trabalhos de Peters e Welch (1978) fora replicada nas três décadas seguintes, além de confirmar as diferenças entre contextos, os trabalhos procedentes ainda verificaram variações ao longo do tempo.

Da mesma forma, o trabalho de Michael Johnston, apresentado no Congresso Mundial International Political Science Association (IPSA) em 2001, exibiu de maneira clara impedimentos à pesquisa comparada da corrupção. Segundo o autor, a orientação dos estudos políticos e econômicos sobre a corrupção implicou na necessidade de instrumentalizar e formalizar uma medida da percepção de como o fenômeno atinge a sociedade. Esse tipo de iniciativa, conforme Johnston (2001) enfatiza políticas, padrões de controle e combate ao fenômeno pouco adequadas às particularidades de regiões e contextos distintos. Ao não se considerar a complexidade da corrupção como fenômeno social político e econômico, as tentativas de mensuração tendem a focar determinados aspectos em detrimento de outros.

A limitação mais evidente à mensuração é a própria diversidade conceitual que envolve a definição de práticas corruptas. As evidências demonstradas por Peters e Welch (1978) de que os limites do conceito de corrupção podem variar entre países e também ao longo do tempo, reforça a distância que se encontra a ciência no alcance de consenso a respeito de uma definição precisa do termo. Outras limitações, as ditas marginais, dizem respeito ao grau de aproximação das medidas de percepção com a realidade da frequência de práticas corruptas e a precisão das escalas de classificação dos índices.

A generalização conceitual possivelmente implicaria em dificuldades de se atingir conclusões descritivas e causais em pesquisas transnacionais que envolvam contextos socioeconômicos, institucionais e culturais distintos. Boas simplificações conceituais dependem do conhecimento e cultura que envolvem o evento analisado (KING; KEOHANE; VERBA, 1994), ainda assim, fatores circunstanciais e, portanto, não sistemáticos, podem interferir na forma como os aspectos do fenômeno da corrupção se conectam. Neste sentido, o uso de indicadores de percepção em pesquisas transnacionais comparadas, principalmente a utilização destes em modelos de estimação de causas e efeitos da corrupção, pode ser problemática. Ao se estar diante de um *trade off* entre generalização e precisão é possível que a mensuração de uma unidade universal de corrupção, apresente vieses, especialmente quando o processo de quantificação é realizado à luz de perspectivas teóricas e, portanto recortes conceituais determinados.

Quanto à tendência em realizar comparações entre países e induzir o conceito ao processo de *conceptual stretching*, mesmo que os índices nos deem medidas confiáveis sobre a percepção da



corrupção dos indivíduos para 150 países diferentes, não significa que a validade do indicador está assegurada. Entre outros aspectos a validade é representada pela distância do indicador dos conceitos daquilo que se pretende quantificar (KING; KEOHANE; VERBA, 1994). Assumindo que, o alongamento conceitual do tema da corrupção implica em conceitos vagos ou disformes, e ainda, a concepção de corrupção deve variar ao longo do tempo e entre contextos, corre-se o risco de não se estabelecer uma relação segura entre medida e fenômeno.

Adcok e Collier (2001) destacam a importância do contexto ao debaterem o estabelecimento de equivalência entre condições sociais, econômicas e políticas distintas como forma de garantir mais validade às medidas. Segundo os autores, antes de se pensar em determinados procedimentos de pontuação, os estudiosos podem ter de fazer escolhas sensíveis no contexto em relação às partes mais amplas da política, economia ou sociedade a que se aplica o seu tema.

De outro modo, mesmo se existirem problemas de validação<sup>2</sup>, a confiabilidade dos indicadores de percepção pode ser questionada. Seguindo a argumentação de Adcok e Collier (2001), é pertinente debater se determinado item de pesquisa tem o mesmo significado para os diferentes subgrupos da população que poderiam ser definidas, por exemplo, por região, gênero, classe ou raça. Uma preocupação específica é se subgrupos populacionais diferem sistematicamente em seu "estilo de resposta" (também chamado de "conjuntos de resposta"). Alguns grupos podem estar mais dispostos a darem respostas extremas e outros podem tender a respostas moderadas. Shepard (1993) por sua vez, alerta para o problema psicométrico possivelmente presente em indicadores que generalizam significados diferentes para contextos diferentes. Uma forma de escape às variações específicas por contexto seria observar quais particularidades contextuais podem invalidar a mensuração e, a partir daí, desenvolver indicadores desagregados de acordo com tais especificações (ADCOK; COLLIER, 2001). Outra maneira é ajustar os indicadores com pesos relativos a fim de equalizar a mensuração.

### **3 LIMITAÇÕES DOS INDICADORES DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO**

De modo a demonstrar evidências sobre possíveis fragilidades que indicadores de percepção podem apresentar quanto a sua confiabilidade e validação, propõe-se a hipótese de que a percepção da corrupção é influenciada por aspectos externos e internos aos indivíduos.

Dentre os possíveis fatores de impactos sobre a percepção será mencionada a exposição dos indivíduos às informações sobre casos e escândalos de corrupção vinculados, principalmente, pelos meios de comunicação e, particularmente, difundidos em redes de socialização. Assim, a hipótese deve apreciar se o grau de corrupção presente em determinado contexto poderá levar em conta experiências próprias e relatos de terceiros, bem como informações extraídas da mídia.

Inscrito ao grupo de problemas que relacionam o recorte contextual e a percepção da corrupção, o comportamento da mídia nacional pode ser relevante. Em uma pesquisa de opinião aplicada no Brasil pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em dezembro de 2012, o problema da corrupção aparece à frente de outros não menos importantes como: desemprego, educação, pobreza e desigualdade.

---

<sup>2</sup> Outro problema apontado aos indicadores de percepção internacionais é a questão da seleção de amostra. A maioria dos indicadores foi construída sob a premissa de que respostas de um grupo de cidadãos especializados ou selecionados arbitrariamente seriam melhores a outros para indicar a percepção da corrupção em ambientes institucionais.

Um possível efeito da mídia sobre este cenário ocorre à medida que o tema da corrupção carrega consigo um juízo moral muito forte e o fato de que a alta exposição do assunto possa gerar proporções e dimensões tamanhas ao problema, que extrapolem relações causais e sobreponham-se a problemas mais ou tão significativos.

Quanto a aspectos internos aos indivíduos, não menos importante é considerar que as pessoas percebam a corrupção como um catalizador dos outros problemas. Dobel (1976) argumenta que o fato de o país ser considerado uma nação em desenvolvimento e, portanto, apresentar atrasos consideráveis com relação a indicadores econômicos e sociais, pode dar maior razão ao tema da corrupção como um entrave ao desenvolvimento da nação. Os percalços do subdesenvolvimento, baixos níveis de capital humano, infraestrutura deficiente, concentração de renda etc., são problemas que demandam processos complexos de ajuste. Geralmente as soluções não são tão triviais e requerem planejamento, desenvolvimento de arranjos institucionais sofisticados, envolvimento e vontade política. Num conjunto de soluções ao problema do subdesenvolvimento, o controle e combate à corrupção percebida poderiam parecer mais evidentes que as demais.

Outro ponto seria considerar características do perfil socioeconômico, ocupação e ideologia política que reforcem convicções generalizadas sobre o comportamento de burocratas, políticos e até mesmo os próprios cidadãos. Sob uma perspectiva sociológica, as demandas políticas dos grupos socioeconômicos também podem variar. É possível que indivíduos em estratos econômicos mais altos demandem prioritariamente o combate à corrupção, enquanto os mais pobres exijam políticas orientadas a aspectos de necessidades mais urgentes como desemprego, violência e habitação. A mesma pesquisa do IPEA revelou que a percepção sobre os problemas mais graves varia muito de acordo com idade, renda e região. Os sulistas são os mais preocupados com a corrupção. No norte e nordeste do país, a violência é apontada como o problema mais grave, já no Sudeste e no Centro-Oeste, a saúde aparece no topo da lista. Além disso, ficaram evidenciados diferenciais na opinião de ricos e pobres sobre quais seriam as questões mais urgentes. Nas famílias com renda *per capita* mensal de até um quarto de um salário mínimo, 23,7% avaliam que o acesso à saúde é o problema mais grave, seguido pela violência (22,6%) e o desemprego (18,4%).

A seguir será argumentado como aspectos relacionados à vinculação de fatos e acontecimentos políticos na mídia, perfis socioeconômicos, atenção política e confiança em instituições podem ter impactos sobre a percepção da corrupção.

### **3.1 EFEITOS DA MÍDIA SOBRE A PERCEPÇÃO**

Enfatizar o papel da mídia significa supor que a visibilidade e a vinculação de conteúdos nos meios de comunicação tenham impacto na formação da opinião pública. Os conteúdos veiculados podem gerar efeitos sobre a percepção da corrupção, à medida que constroem imagens que agregam valor aos atores da representação política e às instituições. Segundo Galtung e Ruge (2005) nem todos os fatos ocorridos possuem o mesmo potencial para se tornarem notícia. McCombs e Shaw (1972) atentam para a função de “*agenda setting*” dos meios de comunicação social que reside precisamente na capacidade que a mídia possui para conferir visibilidade a problemas sociais que, de outra forma, dificilmente chegariam ao conhecimento do público.

Conforme argumentação de Tuchman (1978) a visibilidade de determinados fatos pelos meios são feitas segundo determinado discurso, constituindo um aspecto da edificação das representações sociais dos próprios fatos expostos. Tal discurso é uma construção discursiva acerca do real, trazendo uma carga, mais ou menos, subjetiva e refletindo naturalmente essas particularidades.

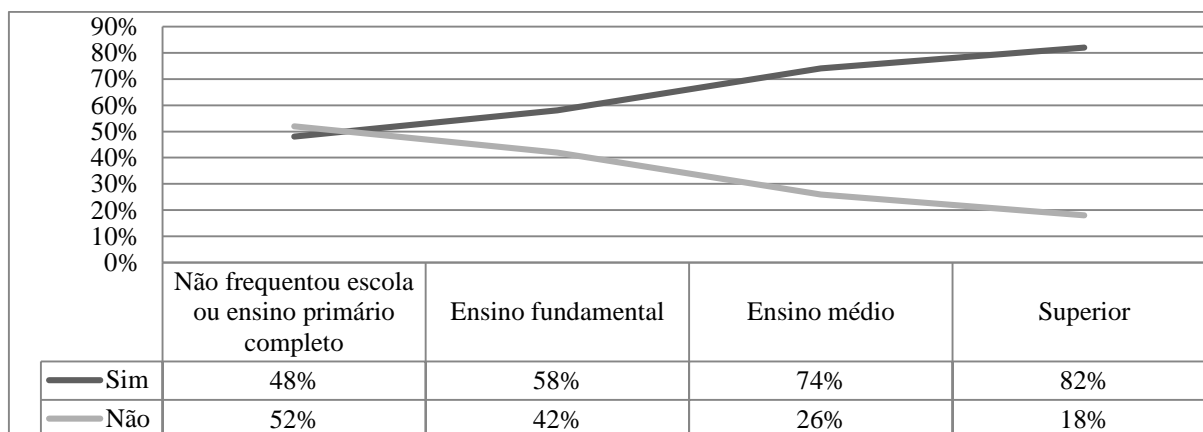


A partir da exposição dos escândalos de corrupção e, considerando a expectativa dos cidadãos quanto à segurança jurídica, eficácia e aplicabilidade das leis, conforme estabelecido no Estado Democrático de Direito, os fundamentos do sistema político podem ser mal compreendidos segundo o modo de produção e difusão das mídias, possível protagonista de uma ação intencionada à mescla entre verdades e mentiras e descontextualização de notícias e acontecimentos. Se o fato tornar-se recorrente se poderia questionar ainda a percepção dos cidadãos quanto à legitimidade das ações institucionais e midiáticas. Nesse sentido, a opinião pública pode aprofundar-se em descrédito quanto ao sistema político, sem poupar a atuação da própria mídia do mesmo julgamento.

A hipótese que permeia a relação entre conteúdo midiático e variações na percepção dos indivíduos, leva em consideração que o fluxo e volume de informações podem influenciar no grau de corrupção percebida pelos cidadãos. Na qualidade de elo entre arena política e opinião pública, a mídia tem papel distinto na difusão de conteúdos que podem conformar o discurso e assimilação do fenômeno por parte dos cidadãos.

### 3.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E POLÍTICAS

Em um experimento observacional, Olken (2009) atesta que diferenças em níveis de escolaridade e gênero, afetam a percepção do fenômeno. Considerando ainda os achados de Bradburn (1983) e Bertrand e Mullainathan (2001), pode-se propor que pessoas mais jovens, mais escolarizadas e residentes de áreas urbanas, tendem a ter maior nível de percepção por estarem mais informadas e apresentarem um padrão mais crítico de comportamento, conforme mostra o Gráfico 1.



Fonte: IPESPE; UFMG. *Pesquisa Eleições Municipais*. Belo Horizonte, 2012.

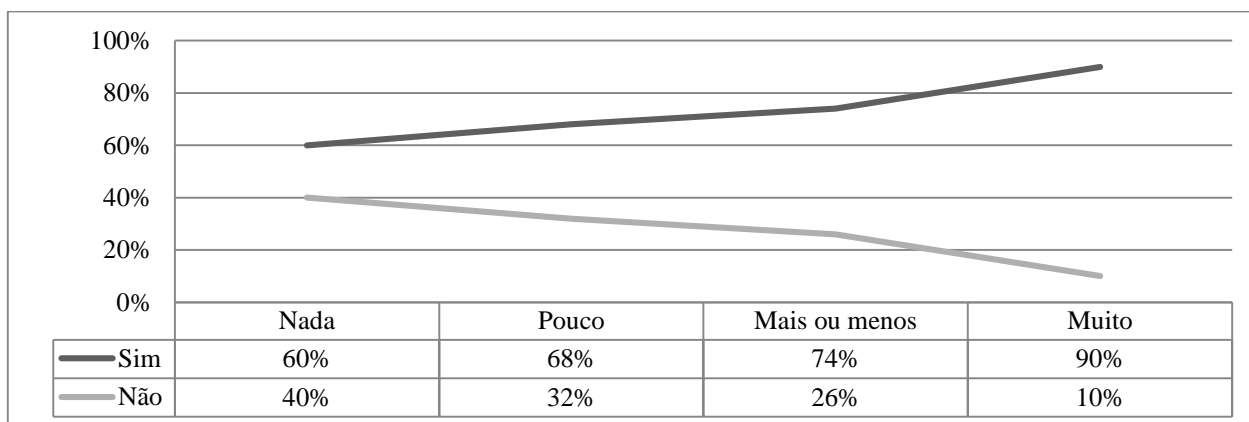
#### GRÁFICO 1

Percepção da corrupção em Belo Horizonte versus Grau de escolaridade.

Bradburn (1983) e Bertrand e Mullainathan (2001) ainda reiteram que, parte da variação na percepção da corrupção, pode ser devida a distinção da cultura política do país. Da mesma forma, não se poderia desconsiderar o que notam Nisbett e Wilson (1977), sobre a capacidade que discursos socialmente difundidos possuem para influir na percepção dos indivíduos.

Outro fator que se destaca neste trabalho é a possível relação entre o nível de atenção política dos cidadãos e a percepção da corrupção. Na base de dados, o fator pode ser mensurado pela variável interesse por política, a qual projeta o grau de inserção do cidadão no debate político.

Espera-se que um maior interesse conduza o indivíduo a se informar e inserir-se mais no debate sobre o tema. Segundo Almond e Verba (1989), a medida de interesse por política pode representar um indicador importante da cultura cívica da população (Gráfico 2).



Fonte: IPESPE; UFMG. *Pesquisa Eleições Municipais*. Belo Horizonte, 2012.

## GRÁFICO 2

Percepção de corrupção em Belo Horizonte *versus* Interesse por política.

A análise do Gráfico 2 é importante para esclarecer a dimensão do comprometimento dos cidadãos com o processo político. Pressupõe-se que, quanto maior o interesse por política, maior seria a percepção da corrupção.

## 3.3 ASPECTOS DE CONFIANÇA

O conceito e importância da confiança nas instituições fazem parte de um referencial mais amplo sobre confiança política. A confiança nas instituições é, portanto, um tipo específico de confiança política.

Diversos autores já se debruçaram quanto às consequências da corrupção sobre a confiança nas instituições. Della Porta (2000) afirma que a corrupção reduz a confiança na capacidade do governo de responder às demandas dos cidadãos e, por conseguinte, ocorre uma piora no desempenho governamental. Rojas e Casas (2006), sugerem que, quanto maior a percepção de corrupção, dada sua exposição na mídia, menor é a confiança institucional, inclui-se aí os partidos políticos.

A despeito da relação causal prevalecente na maioria dos trabalhos sobre corrupção e desconfiança política (POWER; JAMISON, 2005; SELIGSON, 2002; HUSTED, 1999) pretende-se atentar para a relação inversa da causalidade.

Se o nível de corrupção pode ser vulnerável a aspectos de exposição à mídia, perfis socioeconômicos, experiências individuais e comportamento político, pergunta-se então se uma maior desconfiança nas instituições políticas pode também sobrevalorizar a percepção da corrupção em determinados contextos.

As relações causais não foram ainda bem estabelecidas na literatura, é possível que se esteja diante de um quadro de causalidade circular, ou seja, ao mesmo tempo em que a percepção da corrupção

afeta a confiança nas instituições políticas, a baixa confiança nas instituições podem impactar o grau de corrupção percebida.

Quanto à direção causal, Myrdal (1969) argumenta que pode existir uma relação circular ruim entre falhas institucionais e a corrupção. Para o autor, o nível de práticas corruptas percebidas em determinado país mina a confiança dos indivíduos. Além disso, a falta de confiança nas instituições e nos próprios concidadãos implicaria ainda mais em corrupção.

O conceito de causalidade circular cumulativa de Myrdal (1969) pode ser utilizado aqui como ponto de partida para compreender como corrupção e desconfiança nas instituições se interagem de forma a compor um cenário vicioso e circular, no qual a relação causal pode não ser unilateral.

## **4 HIPÓTESES**

Diante da pergunta se a percepção da corrupção está sujeita a variações, pretende-se avaliar a hipótese de que variáveis sociodemográficas, comportamento político e exposição aos meios de comunicação interferem na formação da percepção da corrupção.

Propõe-se a possibilidade de que, diferenças nos indicadores sociais, devem afetar as chances de percepção de corrupção. Do mesmo modo espera-se que as chances de percepção da corrupção aumentem com maior grau de interesse por política dos entrevistados. Além disso, a confiança nas instituições políticas deve relacionar-se negativamente com a percepção da corrupção, ou seja, há mais chances de percepção quando a confiança é baixa.

Por outro lado, uma alta confiança no trabalho da mídia deve associar-se positivamente com a variável dependente. Por fim, espera-se que, quanto maior a exposição dos indivíduos aos meios de comunicação, maior a percepção do fenômeno.

## **5 METODOLOGIA**

### **5.1 BANCO DE DADOS**

O banco de dados é proveniente de uma pesquisa do tipo quantitativa, que permite o teste estatístico de hipóteses previamente levantadas a respeito do assunto estudado. O recorte regional e temporal permite tecer inferências mais precisas sobre a variação da percepção da corrupção ao nível individual.

A aplicação do questionário foi realizada de 27 a 30 de setembro de 2012 na cidade de Belo Horizonte/MG.

O universo desta pesquisa foi o total dos eleitores da cidade, de ambos os sexos, pertencentes às classes A/B/C/D/E, com idade superior a 16 anos. O tamanho da amostra foi de 800 casos, com margem de erro de 3,1 e nível de confiança de 95%.

O questionário aplicado foi dividido em dez blocos de perguntas: demográficas; eleições municipais; eleições para vereador; mídia; corrupção; representação política, memória de voto e preferência partidária; valores, satisfação com a vida e política econômica; democracia.

## 5.2 VARIÁVEIS

A variável dependente estudada deriva da pergunta situada no bloco corrupção do questionário. Foi perguntado de maneira direta se o entrevistado percebe que a corrupção está presente em Belo Horizonte. A resposta possui apenas as alternativas sim e não. Portanto, a variável dependente é binária (29,8% dos entrevistados declararam não perceber a corrupção contra 70,2% que responderam sim à pergunta). As variáveis independentes são provenientes de uma série de perguntas que questionam:

- Escolaridade;
- Ocupação profissional;
- Interesse por política;
- Autoposicionamento ideológico;
- Avaliação da situação econômica;
- Confiança na mídia;
- Confiança nas instituições;
- Frequência com que se informa sobre política pela TV, rádio, jornais ou revistas e internet.

As perguntas sobre autoposicionamento ideológico, confiança nas instituições e confiança na mídia, foram codificadas em uma escala de zero a dez. Para posicionamento ideológico, zero significa mais à esquerda e dez, à direita do espectro político.

A medida de confiança nas instituições é oriunda da agregação de respostas referentes a confiança dos entrevistados nas seguintes instituições políticas: confiança nos partidos, confiança na câmara dos vereadores, confiança no congresso, confiança no governo.

Foi procedida ainda uma análise fatorial para criar o índice de confiança nas instituições políticas. A análise dos componentes principais sugere que, quase todas as variáveis estarão correlacionadas com o primeiro fator, no caso definido como confiança nas instituições políticas. Como esperado, o primeiro fator explica 70% da variância explicada. As quantidades de variância de cada variável explicada pelos fatores (comunalidades) são todas maiores que 0,5, ao passo que todas as parcelas de variância que não podem ser explicadas pelo fator são menores que 0,5. O teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) teve um resultado considerado bom: 0,8076.

O nível de escolaridade está dividido em: (0) Não frequentou a escola, (1) Cursou Primário completo ou incompleto, (2) Cursou Ensino Fundamental completo ou incompleto, (3) Cursou Ensino Médio completo ou incompleto, (4) Cursou Ensino Superior ou Pós-Graduação completo ou incompleto.

As ocupações profissionais observadas são: aposentado, autônomo (por conta própria) desempregado, dona de casa, estudante, funcionário de empresa privada, funcionário público, profissional liberal e empregador. A medida de interesse por política foi baseada nas alternativas às respostas: muito interesse, médio interesse, pouco interesse, nenhum interesse.

A avaliação da situação econômica foi codificada em categorias: ótima, boa, regular, ruim, péssima. Por fim, as perguntas relativas a exposição à mídia diz respeito à frequência com que o entrevistado se informa sobre política nos meios de comunicação descritos.

As frequências foram codificadas nas seguintes categorias: frequentemente, de vez em quando, raramente, nunca. As variáveis independentes foram recodificadas de maneira que fosse possível estimar modelos de regressão logística (Tabela 1).

**TABELA 1**

Variáveis recodificadas.

<b>ESCALAS DE 0 A 10</b>	0 a 3	Baixo
	4 a 6	Médio
	7 a 10	Alto
<b>AValiação DA SITUAÇÃO ECONÔMICA</b>	Ótima/Boa	Positiva
	Regular	Neutra
	Ruim/Péssima	Negativa
<b>FREQUÊNCIA DE EXPOSIÇÃO AOS MEIOS</b>	Frequentemente/De vez em quando	Alta / média
	Raramente/Nunca	Baixa

**Fonte:** IPESPE; UFMG. *Pesquisa Eleições Municipais*. Belo Horizonte, 2012.

### 5.3 ANÁLISE DESCRITIVA

A Tabela 2 apresenta a distribuição percentual da percepção da corrupção por variáveis de interesse. Há uma concentração de respondentes com escolaridade alta e o percentual de entrevistados que não frequentou a escola é baixo.

Em relação à ocupação profissional a maioria dos entrevistados ou se enquadra na categoria funcionário de empresa privada (29,77%) ou autônomo (24,62%). Apenas 8,60% dos entrevistados possuem alto interesse por política, ao mesmo tempo, 59,20% possuem pouco ou nenhum interesse.

A maioria dos entrevistados se posiciona à direita do espectro ideológico (60%). Sobre a avaliação econômica, 43,5% consideram a situação da economia brasileira positiva contra 56,5% que a classificaram como péssima ou ruim. Além disso, a televisão é o meio de comunicação mais acessado pelos indivíduos para se informarem sobre política, seguido de revistas ou jornais, rádio e internet.

A análise descritiva poderia inferir que aqueles que trabalham com o funcionalismo público percebem mais a corrupção do que os que trabalham em empresas privadas.

Considerando que a própria definição mais usual da corrupção exprime a ideia de que o fenômeno é a própria apropriação de um bem público para fins privados, é de se esperar que os funcionários públicos estejam mais expostos a situações cotidianas em que prevalece a prática de corrupção pelo fato de trabalharem diretamente com a alocação de recursos públicos.

Como o percentual de entrevistados que se ocupam do funcionalismo público é bem menor do que o dos que trabalham em empresas privadas foi proposta uma análise de proporção de homogeneidade para determinar se as frequências observadas entre funcionários públicos e funcionários de empresa privada guardam a mesma proporção para percepção ou não da corrupção.

Para tanto, foi testada a afirmativa de que as duas categorias de ocupação apresentam as mesmas proporções da característica de percepção da corrupção.

**TABELA 2**

Distribuição percentual da percepção por categorias de variáveis de interesse.

VARIÁVEIS	CATEGORIAS	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL (%)	PERCEBE A CORRUPÇÃO (%)	NÃO PERCEBE A CORRUPÇÃO (%)
Escolaridade	Não frequentou escola	1,5	41,67	58,33
	Até Primário	10,75	59,30	40,70
	Até Fundamental	16,88	67,66	33,33
	Até Ensino Médio	48,63	68,89	31,11
	Ensino Superior ou Pós	22,55	84,83	15,17
Ocupação	Aposentado	12,19	61,86	38,14
	Autônomo	24,62	77,04	22,96
	Desempregado	4,40	51,43	48,57
	Dona de casa	5,90	63,83	36,17
	Estudante	11,43	70,3	29,67
	Funcionário de empresa privada	29,77	71,31	28,69
	Funcionário público	5,15	87,80	12,20
Interesse por política	Nenhum interesse	30,67	60,16	39,84
	Pouco interesse	28,5	74,22	29,18
	Médio interesse	32,67	72,90	27,10
	Alto interesse	8,60	89,86	10,14
Autoposicionamento ideológico	Direita	60,11	70,00	30,00
	Esquerda	39,99	78,77	21,23
Percepção positiva da economia do país	Sim	43,50	66,67	33,33
	Não	56,50	79,20	20,80
Média-alta confiança nas instituições	Sim	26,83	64,17	35,83
	Não	73,17	74,90	25,10
Confiança na mídia	Baixa confiança	25,42	70,35	29,65
	Média confiança	34,61	73,06	28,97
	Alta confiança	39,97	69,97	30,03
Alta frequência de acesso pela TV	Sim	60,03	76,56	23,44
	Não	39,97	67,13	32,87
Alta frequência pelo rádio	Sim	36,25	75,18	24,82
	Não	63,75	68,50	31,50
Alta frequência pela internet	Sim	26,99	77,10	22,90
	Não	73,01	68,39	31,61
Alta frequência por revistas ou jornais	Sim	47,01	76,76	23,24
	Não	52,99	64,99	35,01

**Fonte:** IPESPE; UFMG. *Pesquisa Eleições Municipais*. Belo Horizonte, 2012.

Conforme resultados do processamento, a estatística do qui-quadrado, para um grau de liberdade, é menor que o valor encontrado no teste exato de Fischer, portanto não se rejeitou a hipótese nula de que as diferentes populações de funcionários públicos e privados possuem as mesmas proporções da característica percepção da corrupção.

Com o objetivo de verificar os fatores que caracterizam os perfis dos indivíduos que percebem a corrupção em Belo Horizonte, foram construídos modelos de regressão logística. A escolha do modelo é devida à categoria binária que a variável resposta assume.

A regressão logística aqui desenvolvida possui mais de uma variável independente. Portanto, quer-se observar as chances de percepção da corrupção dado cada variável independente. Para cada



grupo de variáveis foram calculadas as razões de chances. Assim, comparou-se a chance de sucesso de um grupo em relação ao outro grupo e obtiveram-se as razões de chances (*odds ratio*). A regressão segue a expressão, onde  $Y$  representa a variável resposta se há percepção da corrupção ( $Y = 1$ ), e  $X$  as variáveis independentes.

$$Pr(Y = 1|B) = P$$

$$\ln(p/1 - p) = \beta_0 + \beta_1X_1 + \beta_2X_2 + \dots + \beta_kX_k$$

As estimações foram realizadas com auxílio do *software* Stata SE 12.

A Tabela 3 mostra que, em relação ao grupo de nível escolar, há maiores chances de indivíduos com Ensino Superior ou Pós-Graduação perceberem a corrupção.

Em comparação aos outros graus de escolaridade, aqueles que cursaram ou cursam Ensino Superior ou Pós-Graduação possuem mais de 55% de chance de perceber a corrupção. Todas as estimativas de escolaridade são estatisticamente significantes.

Dentre as ocupações profissionais consideradas e aquelas em que as estimativas são estatisticamente significativas, o funcionalismo público é a profissão na qual se observa maior chance de perceber a corrupção, seguida de profissionais autônomos, donas de casa, funcionários de empresa privada e aposentados.

Sobre os grupos de variáveis políticas e de comportamento, percebe-se claramente que aqueles que possuem autointeresse têm mais chances de perceber a corrupção que aqueles que possuem médio, pouco ou nenhum interesse.

Do mesmo modo, os que se posicionam à esquerda no espectro ideológico possuem mais chances de perceber a corrupção em Belo Horizonte que aqueles que se posicionam à direita.

Assim também ocorre com os indivíduos que depositam pouca confiança nas instituições políticas. Aqueles que declaram baixa confiança têm mais chances de perceber a corrupção quando comparados com aqueles que possuem alta confiança.

Quanto à avaliação da situação econômica, apesar dos valores das chances de risco corroborarem com o argumento de que, quanto pior a situação econômica maior a percepção da corrupção, as estimativas não são estatisticamente significantes.

Os resultados da estimação não permitem inferir sobre a relação entre exposição dos indivíduos aos meios de comunicação e a probabilidade de perceber a corrupção.

As estimativas não são estatisticamente significativas, exceto para frequência de exposição por revistas ou jornais. Assim, existe fraca correlação entre a frequência com que se expõe à mídia e variações sobre a percepção do indivíduo.

**TABELA 3**

Modelo de regressão logística para a percepção da corrupção em Belo Horizonte.

GRUPO	VARIÁVEIS	ODDS RATIO	STD ERRO	z	P> z
Escolaridade	Não frequentou a escola	.2071819	.1595147	-2.04	0.041
	Até Primário	.2372389	.0865099	-3.95	0.000
	Até Fundamental	.367785	.1209566	-3.04	0.002
	Até Ensino Médio	.454885	.1228619	-2.92	0.004
	Ensino Superior ou Pós	1	(Referência)		
Ocupação	Aposentado	2.312.237	1.076.212	1.80	0.072
	Autônomo	5.950.631	1.081.766	1.81	0.070
	Desempregado	1	(Referência)		
	Dona de casa	2.656.684	1.360.572	1.91	0.056
	Estudante	1.826.966	.8463683	1.30	0.193
	Funcionário de empresa privada	2.621.006	1.086.188	2.33	0.020
	Funcionário público	8.006.108	3.160.298	2.55	0.011
Interesse por política	Nenhum interesse	.2532048	.1125609	-3.09	0.002
	Pouco interesse	.4552776	.2032922	-1.76	0.078
	Médio interesse	.3803903	.1667549	-2.20	0.027
	Alto interesse	1	(Referência)		
Autoposicionamento ideológico	Esquerda	1	(Referência)		
	Direita	.4556903	.2179239	-1.24	0.100
Avaliação da situação econômica	Percepção positiva	.5750698	.2553345	-1.25	0.213
	Percepção negativa	1	(Referência)		
Confiança nas instituições	Média-alta confiança	.4150705	.1649191	-2.21	0.027
	Baixa confiança	1	(Referência)		
Confiança na mídia	Baixa confiança	2.409.369	.9053931	2.34	0.019
	Média confiança	2.662.464	.918899	2.84	0.005
	Alta confiança	1	(Referência)		
Frequência alta para informações sobre política nos meios	Alta frequência pela TV	1	(Referência)		
	Alta frequência pelo rádio	1.242.138	.2592864	1.04	0.299
	Alta frequência pela internet	.827203	.1902704	-0.82	0.410
	Alta frequência por revistas ou jornais	1.488.504	.2874164	2.06	0.039
Pseud R2	Constante	421.649	2.626.681	2.31	0.021
Observações	0.1257				
	458				

Fonte: IPESPE; UFMG. *Pesquisa Eleições Municipais*. Belo Horizonte, 2012.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação apresentada suporta as hipóteses de que as medidas de percepção em geral, pelo fato de não corresponderem à prática concreta de corrupção na sociedade, podem ser influenciadas por

diversos aspectos internos e externos ao indivíduo. Diante do resultado dos modelos estatísticos, perfis de escolaridade apresentam diferenciais de chances de percepção da corrupção, o mesmo pode-se dizer das categorias de ocupação, funcionários públicos possuem cinco vezes mais chances de perceber a corrupção que funcionários de empresas privadas.

Fatores relacionados ao comportamento político também são relevantes, como visto, indivíduos que declararam maior nível de atenção política e baixa confiança nas instituições têm mais chances de perceber a recorrência da corrupção. Quanto à influência da mídia sobre a percepção, a frequência com que o indivíduo se expõe aos meios parece ser menos relevante se comparado com o fator confiança na mídia. Está evidente que aqueles que desconfiam do trabalho dos meios têm mais chances de perceberem a corrupção.

Pode-se argumentar que os resultados de pesquisas de opinião que confirmam os principais indicadores de percepção na literatura, tendem a ser determinados pela composição dos entrevistados. Apesar da pesquisa analisada não ser representativa a nível nacional, o recorte geográfico evidencia que indicadores de percepção estão sujeitos à influência de fatores comumente não observados no processo de quantificar a corrupção percebida.

Ademais, o trânsito entre a percepção a nível individual para o nível macro é complexo, e os indicadores de percepção devem ser avaliados conforme sua capacidade de validar e garantir a confiabilidade de suas medidas diante das variações observadas entre perfis individuais de comportamento político e extrato socioeconômico. É evidente que a validação dos indicadores não é inalcançável, mesmo em estudos *cross-country*. Para tanto, é desejável que as pesquisas que auferem percepção e são base para a formulação de indicadores estejam atentas aos aspectos mencionados e se utilizem de artifícios técnicos para garantir a validade e a confiabilidade das medidas.

Apesar dos aspectos limitadores encontrados nesta pesquisa, conclui-se que, futuros estudos e outras pesquisas de opinião tenham maiores chances de alcançarem resultados mais precisos, caso atribuam importância à variabilidade dos indicadores de percepção.

## 7 REFERÊNCIAS

ABRAMO, C. W. Percepções pantanosas: A dificuldade de medir a corrupção. *Novos Estudos – CEBRAP*, nº 73, 2005.

ADCOCK, R.; COLLIER, D. Measurement Validity: A shared Standard for Qualitative and Quantitative Research. *American Political Science Review*, v. 95, n. 3, p. 529-54, 2001.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

BRADBURN, N. M. Response Effects. In: ROSSI, P. H.; WRIGHT, J. D.; ANDERSON, A. B. (Eds.): *Handbook of Survey Research*, Academic Press, NY, 1983.

BERTRAND, M.; MULLAINATHAN, S. Do People Mean What They Say? Implications for Subjective Survey Data. *American Economic Review (P & P)*. v. 91, n. 2, p. 67-72, 2001.

DELLA PORTA, D. Social capital, beliefs in government, and political corruption. In: PHARR, S.; PUTNAM, R. D. (Eds.). *Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University Press, 2000.

DOBEL, J. P. The corruption of a state. *The American Political Science Review*, v. 72, n. 1, p. 958-73, 1976.

FILGUEIRAS, F. *Corrupção, democracia e legitimidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GALTUNG, J.; RUGE, M. H. The Structure of Foreign News. *Journal of Peace Research*, v. 2, n. 1, p. 64-91, 1965. 2005.

GUIMARÃES, J. *Interesse público*. In: AVRITZER, L.; BIGNOTTO, N.; GUIMARÃES, J.; STARLING, H. (Org.). *Corrupção: ensaios e crítica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

HEIDENHEIMER, A. *Political Corruption. Readings in Comparative Analyses*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1979.

HUNTINGTON, S. P. *Modernização e corrupção*. In: HUNTINGTON, S. P. (Org.). *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: EDUSP, 1975.

HUSTED, B. W. Wealth, Culture, and Corruption. *Journal of International Business Studies*, Houndmills (Hampshire), v. 30, n. 2, p. 339-360, 1999.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPESPE); GRUPO DE OPINIÃO PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). *Pesquisa Eleições Municipais*. Belo Horizonte/MG, set. 2012.

JAIN, A. K. Corruption: A Review. *Journal of Economic Surveys*, v. 20, n. 4, p. 78-96, 2001.

JOHNSTON, M. *The New Corruption Rankings: Implications for Analysis and Reform*. Paper presented at the World Congress of the International Political Science Association, Quebec, Canada, August 1st to 5<sup>th</sup>, 2001.

KAUFFMAN, D. Corruption: the Facts. *Foreign Policy*, v. 76, n. 5, p. 114-131, 1997.

KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. *Desinnig social inquiry*. Princeton University Press, 1994.

KLITGAARD, Robert. *Controlling Corruption*. Berkeley: University of California Press, 1991.

LA PORTA, R.; SILANES, L. R. W. The Quality of Government. *Journal of Law, Economics, and Organization*. Oxford, v. 15, n. 1, p. 222-279, 1999.

LAMBSDORFF, J. G. Causes and Consequences of Corruption: What Do We Know from a Cross-Section of Countries? In: ROSE-ACKERMAN, S. (Org.) *International Handbook on the Economics of Corruption*, Edward Elgar Publishing, 2006.

MAURO, P. Os efeitos da corrupção sobre crescimento, investimentos e gastos do governo: uma análise de países representativos. In: ELLIOT, K. A. (Org.) *A corrupção e a economia global*, Brasília: Ed. da UnB, 2002.

McCOMBS, M.; SHAW, D. The Agenda Setting Function of Mass Media. *Public Opinion Quarterly*, University of Chicago Press, v. 36, n. 2, 1972.

MYRDAL, G. *Objectivity in Social Research*. New York: Pantheon Books, 1969.

NISBETT, R. E.; WILSON, T. D. The halo effect: evidence for unconscious alteration of judgments. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 35 (4), Apr., p. 250-256, 1977.

OLKEN, B. A. Corruption Perceptions vs. Corruption Reality. *Journal of Public Economics*, v. 93, n.7, p. 950-964, 2009.

PETERS, J. G.; WELCH, S. Political corruption in America: a search for definitions and a theory. *The American Political Science Review*, v. 72, n. 3, p. 974-84, 1978.

POWER, T. J.; JAMISON, G. D. Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, v.11, n. 1, p. 64-93, março, 2005.

ROJAS, Hernando; CASAS, Diana Paola Medida. *Comunicación y Ciudadanía: Percepciones de Corrupción y Confianza Institucional*, 2006.

ROSE-ACKERMAN, S. *Corruption and government: causes, consequences, and reform*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SARTORI, G. Conception Misinformation in comparative Politics. *American Political Science Review*, v. 64, n. 4, p. 1033-1053, 1970.

SELIGSON, M. A. The Impact of Corruption on Regime Legitimacy: A Comparative Study of Four Latin American Countries. *Journal of Politics*, v. 64, p. 408-433, 2002.

SHEPARD, L. A. Evaluating Test Validity. In: DARLING-HAMMON, L. (Ed.). *Review of Research in Education*, Vol. 19, Washington, DC: AERA. 1993.

SPECK, B.W. Mensurando a corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas. In: SPECK, B. W.; ABRAMO, C. W.; SILVA, M. F. G.; FLEISHER, D.; NASSMACHER, K. H. (Org.) *Os custos da corrupção*, Fundação Konrad-Adenauer, São Paulo, 2000.

TREISMAN, D. What Have We Learned About the Causes of Corruption from Ten Years of Cross-National Empirical Research. *Annual Review of Political Science*, v. 10, p. 211-244, 2007.

TUCHMAN, G. *Making news: a study in the construction of reality*. New York: Free Press, 1978.

WARREN, E. M. What Does Corruption Mean in a Democracy? *American Journal of Political Science*, 48: 328-343, 2004.